

A escola e o conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos

Maria Alzira de Almeida Pimenta*

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos*. 2ª edição. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. Coleção Prospectiva; 5.

Estimulante ler o livro do professor Mário Cortella. É notória sua capacidade de articular uma gama enorme de informações em uma análise pertinente que, sem deixar de conter críticas meticolosas, consegue ao mesmo tempo ser profundamente otimista. Seu trabalho, pleno de humanismo, rompe com antigas falácias da academia, entre elas a *neutralidade* e o *racionalismo*, geralmente, defendidos como se ambos fossem possíveis.

Desconstruindo discursos, principalmente jargões e repetições automatizadas – que com força ideológica engendram ações, atribuem valores, assim determinando a realidade –, vai revelando as fragilidades e, conseqüentemente, os espaços para transformação do que muitas vezes nos parece inabalável. Localiza a educação, e sua eterna “crise”, em um panorama amplo, marcado, principalmente, pela injustiça social resultante de um eficaz projeto de dominação, elaborado e executado por uma minoria gerando, em contraposição, uma massa de excluídos.

Esquerdismo!?? Simplificação!?? Ponto de partida!! A seguir, adverte para a repetição, no micro-universo da escola, dos equívocos cometidos ao sermos levados pelo drama que nos envolve: perdemos o verdadeiro sentido de nosso trabalho e desprezamos nossa capacidade de transformar a situação que nos oprime.

Na introdução, aponta a urbanização acelerada, que marca a história recente do Brasil, como um dos fatores determinantes dos descabros observáveis em nosso sistema educacional. Associado à urbanização (e também por ela responsável), o modelo econômico desenvolvimentista, que privilegiou a alocação de recursos para criação de infra-estrutura indispensável à industrialização do país, contribuiu para a falência do sistema público de ensino. Por outro lado, lembra que esse modelo também teve seu aspecto positivo pois contribuiu para a ampliação do acesso de um grande número de pessoas à escolarização. Diante desse cenário, apresenta a análise do papel do conhecimento na conservação ou transformação da dinâmica social como objetivo central do livro.

No capítulo 1, retomando a premissa de que não há *conhecimento* sem o ser humano, faz um interessante “passeio” pela história buscando a (artigo bem definido) definição do que é ser humano. Durante o “passeio”, vai coletando e relacionando elementos (para a reflexão posterior) fundamentais, a saber: as origens e a evolução biológica das espécies; a cultura que produzimos e que nos produz; a

* Professora da Universidade Paulista. Pesquisadora do GPETCO – Grupo de Pesquisa em Educação, Trabalho e Cultura Organizacional – Unicamp.

ação transformadora do homem sobre a natureza através do trabalho; o conhecimento e os valores como construção coletiva e balizadores da existência humana; e, finalmente, a não-neutralidade dos processos educativos.

No capítulo 2, é a história da civilização grega – mais especificamente da sua produção de conhecimento, que possibilita a reflexão sobre a construção da idéia de verdade como “descoberta”, e sobre a origem da escola dissociada da prática produtiva, pois é fruto do ócio (tempo livre) e riqueza da aristocracia. Sendo assim, a vivência e os conhecimentos adquiridos na escola/ócio possibilitavam o domínio da arte de falar e argumentar bem, e esse era um fator decisivo nas assembléias e nos debates políticos, definindo, portanto, com quem ficava o poder.

Finalmente, situa sua concepção de conhecimento. Opondo-se a idéia de verdade, como algo a ser “descoberto” pelo sujeito sobre o objeto, ela é concebida como uma dimensão fundamental do conhecimento, mas com caráter social – constrói-se a partir da relação entre o sujeito e o objeto, na vivência do coletivo – e histórico.

No capítulo 3, ao tratar da mitificação da ciência e dos cientistas – como mundo e seres fantásticos, respectivamente – na atualidade, lembra o quanto os professores contribuem para tanto quando deixam de situar as reais condições de produção do conhecimento. Essa mitificação atinge vários campos do conhecimento, desde a matemática e a física, até a história e a geografia. Ela interfere na compreensão de conceitos e fatos, mas mais ainda determina um distanciamento entre o aprendiz e o conhecimento, respaldado pelo senso comum de que ciência é coisa para “gênios”.

Mas o que fazer com anos de mitificação? E com as estórias de descobertas “fantásticas” que nos foram contadas e que, por considerá-las *interessantes*, recontamos aos nossos pupilos??? O professor Cortella sugere: revalorizar o prazer e desvelar a luta pelo poder que envolve o conhecimento.

No capítulo 4, mostra um panorama com as concepções sobre a relação entre a escola e a sociedade. Chama atenção para três delas que alteram doses de otimismo, pessimismo, ingenuidade e criticidade. Destaca o que denomina *otimismo crítico*, como a concepção que considera “a natureza contraditória das instituições sociais” (pág. 135). Nela, apesar de estar contida uma dimensão conservadora, há também o espaço para inovação. Para que seja possível criar, é necessário revermos nossa maneira de avaliar, nossas concepções prévias sobre a criança, nossos métodos e tantas outras questões que se apresentam cristalizadas. Só assim é possível vislumbrar o fim do *vício do círculo vicioso*, aquela atitude, pouco edificante, de atribuir nosso fracasso a tudo que está em volta e que vem antes de nossa ação.

Três idéias são particularmente caras e instigadoras de reflexões fundamentais para a contemporaneidade. A primeira retoma a importância das mídias na construção do imaginário social (p. 144): a propaganda promove nosso consumo de mercadorias, ou ela mesma nos consome? Onde fica a subjetividade em meio ao duelo e império das marcas que nos invadem pelos ouvidos e olhos, em casa ou fora dela, com ou sem consentimento?

A segunda e a terceira, distanciadas no texto (p. 126 e 156), mas profundamente próximas, tratam da substituição do embate homem *versus* mundo, pelo embate homem *versus* homem e da tão “gasta” e questionada liberdade. No último século, apesar do trauma de duas grandes guerras (e, conseqüentemente, o repúdio a elas), assistiu-se à proliferação de vários conflitos incompatíveis com qualquer idéia de civilidade. Religião, etnia e economia foram alguns dos motivos anunciados para o que mais impressionava: o embate homem *versus* homem, resultante de sua ainda incapacidade de encontrar soluções pacíficas e diplomáticas. Difícil julgar quem tem razão, afinal são tantos e variados argumentos de ambas as partes... Entretanto, é possível constatar que aceitar, respeitar e conviver com as diferenças continua sendo um grande desafio.

Ao tratar da liberdade e de nossa capacidade singular de dizer não, apresenta uma idéia preciosa: Ser *humano* é ser *justo* (p. 156). A partir dela, constrói um olhar radical sobre questões como violência,

injustiça e miséria. Ou se universaliza a determinação de pôr um fim a essas mazelas – independente de religião, etnia ou valor do PIB, ou seja, descartando-se qualquer arbitrariedade – ou como acreditar que exista *humanidade*? Sendo assim, pensar, como sugere o autor, talvez ajude a encontrar soluções para os impasses que afetam desde pequenos grupos até nações e a redefinir o papel da escola, uma vez que ela continua sendo o espaço legítimo de formação do cidadão.

Com um domínio de conteúdo e de linguagem próprio de quem vive plenamente os sabores e dissabores da educação, o professor Cortella realizou um pequeno livro, mas um grande trabalho!